# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Empresas conseguem virar jurisprudência a seu favor no Carf ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Fazenda vence casos de ágio interno e incorporação de ações ..... 5

O GLOBO - RJ - RIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PF procura dois operadores que seriam ligados ao 'Faraó dos bitcoins' ..... 6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Código Eleitoral: quarentena cai, retrocessos ficam ..... 7

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
A "tese do século" na Receita Federal (Artigo) ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO
EUA vão obrigar servidor federal a se vacinar ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SERVIDOR PÚBLICO
Estrangeiros aumentam cautela com Brasil ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Ativos escapam de mais um dia de perdas após tom conciliador em nota de Bolsonaro ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bolsonaro recua para adiar o fim - REINALDO AZEVEDO ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Diesel dispara e governo tem pouco espaço de ação ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
Temos que dar exemplo em Brasília ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Inflação de agosto é a maior desde 2000 ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Brasília é a recordista entre capitais ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA
É hora de dar um basta! (Artigo) ..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

O voo de Temer para manter a paz no país - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA ..... 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA
Barroso faz duras críticas a Bolsonaro ..... 24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA
Combustíveis levam IPCA de agosto à maior alta em 21 anos ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA
Jair Bolsonaro recua após ameaças golpistas e diz que não quis agredir Poderes ..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA
Fachin, do STF, vota contra o marco temporal ..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Inflação encosta em 2 dígitos após maior alta em 21 anos ..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Apesar de Bolsonaro, sensação de bem-estar vai melhorar até a eleição ..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Bolsonaro é líder caminhoneiro, diz ex-ministro que viveu crise de 2018 ..... 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Taxa de desemprego entre os mais pobres é de 36%, diz estudo ..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA
Para Barroso, presidente age como um "farsante" ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Com disparada da inflação em agosto, mercado já vê juro a 9% no fim do ano ..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Inflação amplia impacto na Previdência ..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Vice da Câmara propõe tirar precatórios do teto de gastos ..... 48

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
O efeito desastroso de Bolsonaro na economia brasileira (Editorial) ..... 50

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA
Barroso: 'A falta de compostura nos envergonha perante o mundo' ..... 51

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Governo teme repetir estragos da economia como os de 2018 ..... 52

O GLOBO - RJ - CAPA
POLÍTICA

Isolado, Bolsonaro procura Temer e anuncia recuo; STF é cético . . . . . 53

# Empresas conseguem virar jurisprudência a seu favor no Carf

***Beatriz Olivon e Joice Bacelo De Brasília e do Rio***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002

***Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002***

# Fazenda vence casos de ágio interno e incorporação de ações

***Beatriz Olivon De Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002

***Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002***

# PF procura dois operadores que seriam ligados ao 'Faraó dos bitcoins'

***CAROLINACALLEGARI, RAFAEL NASCIMENTO DE SOUZA E PEDRO ZUAZO granderio@oglobo.com.br***

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Código Eleitoral: quarentena cai, retrocessos ficam

***BRUNO GÓES***

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# A "tese do século" na Receita Federal (Artigo)

***MARCOS SÁ CONTADOR E CONSULTOR FINANCEIRO***

Os desdobramentos da chamada "tese do século" percorrem o sistema tributário brasileiro desde março de 2017 e é motivo de dúvida entre os profissionais. À época, o Supremo Tribunal Federal determinou ao Fisco a devolução de valores pagos a mais pelos contribuintes, seja pessoas físicas ou jurídicas. Entretanto, em maio deste ano, a corte estabeleceu que a decisão só teria efeitos a partir da data daquele julgamento, em maio deste ano.

O direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins com base no ICMS destacado, modulando os seus efeitos a partir daquela data, trouxe consequências negativas para as empresas. Em termos práticos, a medida reduz o valor do crédito das empresas, mitigando o impacto bilionário da tese para a Fazenda, além de potencialmente gerar riscos de um novo contencioso e autuações.

A **Receita Federal**, por outro lado, apresentou um novo entendimento às decisões do Supremo. O órgão pretende ampliar a redução de imposto também na parcela do ICMS presente em notas de entrada, ou seja, nas tomadas de créditos pelas empresas. A tese da RFB se arvora numa lógica similar a do crédito, assim resumida: se no crédito há possibilidade a exclusão do ICMS, na entrada (débito), também deve ser desconsiderado esse tributo. Diante desse cenário, a tese do século custaria à União, com o corte desses **tributos**, R$358 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBTPT).

As empresas devem, portanto, analisar a situação com seus contadores na busca de mensurar os impactos financeiros da **Receita Federal**. Com o atual cenário de desdobramento da 'tese do século' e seus impactos na economia como um todo, as empresas devem apostar em consultorias especializadas a fim de se blindarem ou amenizarem os impactos que essa discussão possa tomar, com ações estratégicas para evitar prejuízos. O conhecimento na área é fator primordial para conseguir um melhor aproveitamento das possibilidades financeiras, nesse cenário, o "achismo" não tem lugar.

MARCOS SÁ CONTADOR E CONSULTOR FINANCEIRO

***Site: https://issuu.com/oestadoce***

# EUA vão obrigar servidor federal a se vacinar

***Josh Wingrove e Jenny Leonard  Bloomberg***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002?page=1&section=1

***Site:***
***https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002?page=1&section=1***

# Estrangeiros aumentam cautela com Brasil

***Marcelo Osakabe e Sérgio Tauhata De São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002

***Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002***

# Ativos escapam de mais um dia de perdas após tom conciliador em nota de Bolsonaro

***Gabriel Roca e Marcelo Osakabe De São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002

***Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002***

FOLHA DE S. PAULO / SP - PODER - pág.: A07. Sex, 10 de Setembro de 2021
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

# Bolsonaro recua para adiar o fim - REINALDO AZEVEDO

***REINALDO AZEVEDO***

Contive uma furtiva lágrima ao ler a carta de Jair Bolsonaro, o golpista subitamente convertido à democracia. Quer negociar com o STF o calote nos precatórios? Está com medo do impeachment? Dado o contexto, parece certo que busca também se livrar da cadeia.

Quanto tempo demora para que o príncipe volte à condição de ogro? A verdade é que o governo, que nunca existiu, acabou. O que deu errado? Valeria uma enciclopédia. Mas aqui se tem espaço pouco maior do que o de uma fábula. Então vamos a ela, com direito à moral da história.

Quando Bolsonaro ofereceu ao mercado de ideias os seus 28 anos de Câmara, trazendo na bagagem a defesa de torturadores, a apologia de fuzilamentos, o elogio às milícias, a recomendação para que o pai espancasse o filho "gayzinho" e o conceito de que, na raiz do estupro, está o merecimento -uma distinção cabível só às belas-, os reacionários e iliberais das elites se encantaram. Na metafísica, estavam juntos. Mas restavam temores.

"Ele está certo, mas pode assustar!" A maioria é notavelmente autoritária e iletrada, mas não gosta de jogar dinheiro fora, muito especialmente porque o Estado é grande e poderoso o bastante para prejudicar os negócios no caso de uma aposta errada.

Mas como emprestar ao ogro as feições de um príncipe, de modo a mimetizar uma força modernizadora, apesar (voltarei a esse advérbio) daquele formidável currículo escrito nas catacumbas?

Foi então que se construiu a fabulosa teoria do casamento entre "conservadores nos costumes" com "liberais na economia", que viria a substituir, como Paulo Guedes anunciou com a pompa ligeira de sempre, três décadas de social-democracia. Imodesto, o patinho feio, antes rejeitado por tucanos e petistas, alçado à condição de cisne, disparou ainda em outubro de 2018: "O Brasil tem 30 anos de expansão de gastos públicos descontrolados (.) Esse modelo econômico corrompeu a política, subiram os **impostos**, subiram os juros, nos endividamos numa bola de neve".

Mandavam-se para o ralo, por exemplo, o Plano Real, a construção do SUS, a tímida -mas significativa para padrões nativos- redistribuição de renda dos governos petistas. Adicionalmente, ignorava-se quanto da "bola de neve da dívida" era, na verdade, apropriação privada de dinheiro público. E os maiores apropriadores estavam entre os entusiastas do novo arranjo.

Nascia a estrovenga meticulosamente projetada para não voar. Vá lá: se não reconheço em Guedes um formulador de política econômica, admito que é um competente prestidigitador de generalidades. Atuou, por um bom tempo, como animador de festinha infantil dos mercados.

Ainda que Bolsonaro juntasse a graça da "fortuna" (a sorte) aos dons do pensamento (a "virtù") -condição posta por Maquiavel para o triunfo d"O Príncipe-, o arranjo estaria destinado ao naufrágio porque a imaginação econômica de Guedes contemplava, numa das mãos, o desmonte radical do que já não passa de mero arremedo de bem-estar social, mas que nos livra, ao menos, da guerra de todos contra todos. Com a outra mão, achou que poderia tirar alguns privilégios daqueles apropriadores da riqueza pública que sustentaram a postulação do "Mito".

Chegou a hora de voltar ao advérbio "apesar", conforme o anunciado. Se os mercados conseguem conviver com o vômito cotidiano de reacionarismos, não comportam nem suportam o golpismo que abandona a retórica para ir às vias de fato. A tal "modernização, apesar de Bolsonaro" era, como na música do Molejão, "cilada".

Agora vem a cartinha do aluno aprendiz das instituições, ainda que o redator seja ignorante em gramática e meta vírgula entre o sujeito e o seu verbo. O impeachment passou a ameaçá-lo. Ele precisa do calote nos precatórios para bombar o Bolsa Família e a reeleição passou a ser a única chance de não terminar no xilindró. Além de "prisão, morte ou vitória", também havia o recuo -o tático ao menos.

Em Platão, o príncipe se revela um ogro. No "Shrek", o ogro se revela um príncipe. Na vida real, as coisas são diferentes. A moral da fábula vem agora: os meios qualificam o fim. Isso explica por que deu errado. E não há carta que possa mudar o feito.

***Site:***
***https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49664***

# Diesel dispara e governo tem pouco espaço de ação

***Gabriela Ruddy, Rafael Rosas e Lucianne Carneiro  Do Rio***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002?page=1&section=1

***Site:***
***https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187002?page=1&section=1***

# Temos que dar exemplo em Brasília

***INGRID SOARES***

Na primeira live transmitida pelas redes sociais após os protestos do Sete de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro disse que "não tem nada demais" a nota divulgada à nação na qual recua das investidas no Sete de Setembro. Ele destacou os efeitos da declaração, particularmente no mercado financeiro, que registrou alta da Bolsa e queda do dólar após a divulgação do texto. O chefe do Planalto também se dirigiu a apoiadores, decepcionados com o tom mais moderado adotado pelo presidente. Bolsonaro pediu tempo e paciência a seus eleitores.

"De imediato, por volta das 15h, publicamos a nota, e a Bolsa subiu. E, geralmente, quando sobe a Bolsa, o dólar cai. O dólar caiu praticamente 2%. Espero que continue caindo amanhã (hoje). Queriam que respondesse Fux, que fez uma nota dura, sim. Me criticou. Usou da palavra Lira, Aras e alguns do meu lado, alguns poucos com discurso pronto: "tem que bater, reagir". Calma, amanhã a gente fala. Deixa acalmar amanhã. Nós temos que dar exemplo aqui em Brasília", disse Bolsonaro.

Na avaliação do presidente, a "Declaração à Nação" é uma demonstração de que ele está aberto ao diálogo com os demais Poderes. O chefe do Planalto alegou que o registro das manifestações servirá para que, em especial, na Praça dos Três Poderes, ocorra uma mudança no modo de agir. Ele negou ter atacado o Supremo Tribunal Federal (STF), citando rusgas pontuais. "Tenho certeza de que bons frutos aparecerão nos próximos dias. Dá um tempo, dá um tempo. Alguns estão descendo a lenha em mim, é natural. Paciência, não vou trabalhando buscando uma reeleição como alguns acham", disse Bolsonaro.

O presidente justificou ainda que, durante os atos, "ninguém pediu o fechamento de nada". "Se bem que, pedir fechamento, pô... Quanta gente... Não tem gente pedindo "Fora Bolsonaro"? Tem um montão ou não tem? De vez em quando eu escuto lá, de motocicleta: "Fora Bolsonaro", "Fora genocida". Eu vou fazer o quê? Passar com a moto em cima dele? Deixa ele falar, sem problemas. Não dando soco em mim, não me agredindo fisicamente, paciência", afirmou o presidente.

As lives de Bolsonaro costumam atrair elogios de apoiadores do presidente. Mas, desta vez, os bolsonaristas se dividiram entre defesas e ataques ao chefe do Executivo, dizendo-se decepcionados, confusos e cobrando explicações. "Inflama e depois desiste", escreveu um. "Eu era contra o impeachment, mas, sinceramente, Mourão pode ser melhor opção", cogitou outro.

Em outros momentos, Bolsonaro preferiu abordar os problemas que afligem milhões de brasileiros, como a alta de combustíveis. "Os caras querem que eu tome medidas de imediato. Dá um tempo. Dá aí uns dois, três dias para a gente. Dá um tempo. O que aconteceu de imediato: você quer a gasolina mais barato, não quer? Álcool, gás, isso tudo está indexado no preço do dólar", explicou Bolsonaro. O chefe do Executivo também relacionou a **inflação** ao aumento do consumo: "Todo mundo engordou um pouco mais", disse.

Ele abordou ainda a crise hídrica, com alto impacto na tarifa de energia. Bolsonaro pediu que a população reduza o consumo e dê preferência ao uso das escadas, evitando elevadores. "Se der para você subir ou descer no seu prédio dois, três, quatro, cinco andares pela escada, suba", sugeriu. "Eu peço a você agora, se puder desligar uma lâmpada agora na sua casa, desligue. Nós estamos enfrentando a maior crise hidrológica da história do Brasil. Os reservatórios estão lá embaixo. Até se você tem aquela lâmpada bem fraquinha, acesa, puxa o fio. Em novembro, se Deus quiser, começar a época de chuva. Se não chegar, a gente vai ter problemas. Mas dá para colaborar agora você apagando aí", apelou.

# Inflação de agosto é a maior desde 2000

***ROSANA HESSEL.***

A **inflação**, que não dá trégua e castiga o bolso dos brasileiros, surpreendeu mais uma vez e registrou alta de 0,87% em agosto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em julho, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tinha avançado 0,96%, mas apesar da desaceleração, a taxa de agosto ficou acima dos 0,60% a 0,70% esperados pelo mercado financeiro, e foi a maior para o mês desde 2000, devido, principalmente, à forte pressão dos itens energéticos - gasolina, etanol e conta de luz.

Mas o dragão inflacionário é mais cruel com os mais pobres. Enquanto o IPCA subiu 5,67% no ano e 9,68% nos últimos 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a **inflação** das famílias com renda de até cinco salários mínimos, já chegou à casa de dois dígitos, e acumula avanço de 10,43% nos últimos 12 meses, após alta de 0,88% em agosto.

Alimentação e transportes (com o peso dos combustíveis) foram os grupos que mais pesaram no IPCA, que, na variação anual, já está muito acima do teto da meta estabelecida para 2021, de 5,25%. A gasolina e o etanol, por exemplo, já acumularam altas de 40,75% e 31,09%, respectivamente, de janeiro a agosto. Especialistas alertam para o fato de que, em setembro, o IPCA vai acelerar, porque haverá o impacto da nova bandeira tarifária na conta de luz.

"Os alimentos ficaram mais caros devido às geadas. Mas a **inflação** de serviços também surpreendeu, e tem a ver com a vacinação e o aumento da circulação das pessoas", destacou Fábio Romão, economista sênior da LCA, que prevê alta de 1% no IPCA de setembro. Segundo ele, a tendência para os próximos meses é de aceleração dos preços em serviços, como alimentação fora do domicílio, o que ajudará a manter a **inflação** disseminada. Em agosto, o Índice de Difusão do IPCA ficou em 72%, o que é "preocupante", segundo Romão. "Quando a difusão fica acima de 70%, significa que a carestia continuará persistente", explicou.

O economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), também avalia que a **inflação** não deve arrefecer tão cedo. "Os itens energéticos vão continuar pesando em setembro e nos próximos meses. Mas o que está chamando a atenção é a **inflação** de serviços, que tem preços de transporte por aplicativo a streaming de TV subindo, o que mostra que a **inflação** está muito espalhada, e, por isso, as previsões para o IPCA não param de aumentar", destacou.

Selic de até 10%

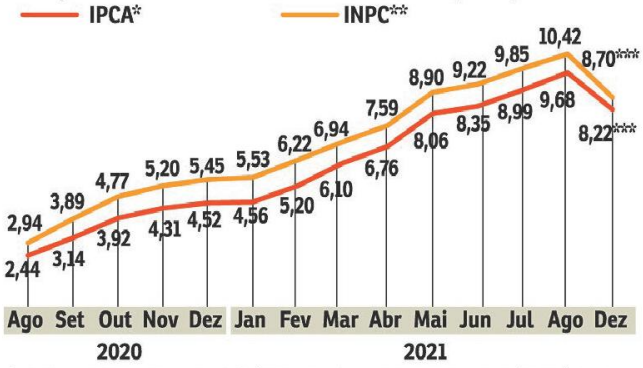
Na avaliação dos analistas, como a **inflação** tende a ficar mais alta do que se projetava, tanto neste ano quanto no próximo, o Banco Central será obrigado a acelerar o ritmo de alta da taxa básica de juros (Selic) nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). As projeções para a Selic no fim deste ano variam entre 8,5% e 10%, porque o BC precisará corrigir, de forma contundente, o erro de avaliação de alguns meses atrás, quando dizia que a **inflação** era temporária.

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, o BC deverá elevar a Selic em 1,25 ponto percentual na próxima reunião do Copom, nos dias 21 e 22 deste mês, a fim de mostrar que é independente e que vai priorizar o controle da **inflação**. "O IPCA vai passar de 10% em setembro e isso vai colocar pressão no BC para ser mais agressivo com os juros, porque estamos em um momento de crise acelerada sem uma solução de curto prazo. A Selic vai a, pelo menos, 8,5% em dezembro e o BC tem que sinalizar isso rapidamente", disse. "O IPCA deverá encerrar o ano em 9,5% e, no ano que vem, deve ficar entre 4,5% e 4,7%. Vai ser acima da meta, e com **PIB** fraco, em torno de 1% ou zero. O BC precisará ser responsável. Se subir demais a Selic, não adianta nada", avaliou o ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC) Carlos Thadeu de Freitas Gomes. Segundo ele, o BC precisará manter os juros reais (descontada a **inflação**) em 3%, que é o patamar neutro, para não prejudicar muito a atividade e, ao mesmo tempo, controlar a **inflação**. "E, para ter esse juro real neutro, o BC terá que subir a Selic para 10% ao ano, provavelmente, até dezembro", avaliou.

# Dragão indomável

A alta de 0,87% no IPCA agosto fica acima do esperado e bate forte nos mais pobres

**Principais indicadores - acumulado em 12 meses (em %)**

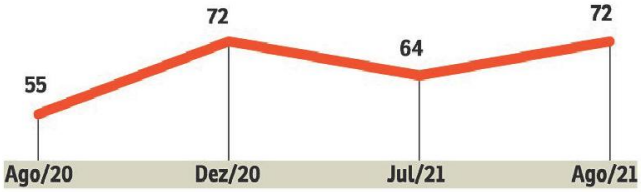



*indicador da inflação oficial para as famílias com renda mensal acima de cinco salários mínimos
**indicador de inflação para as famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos
***previsão da LCA Consultores

## ALTA GENERALIZADA

Inflação está disseminada por grande número de produtos, o que dificulta a queda de preços daqui para a frente

**Índice de difusão (em %)**




## DESTAQUES DO IPCA

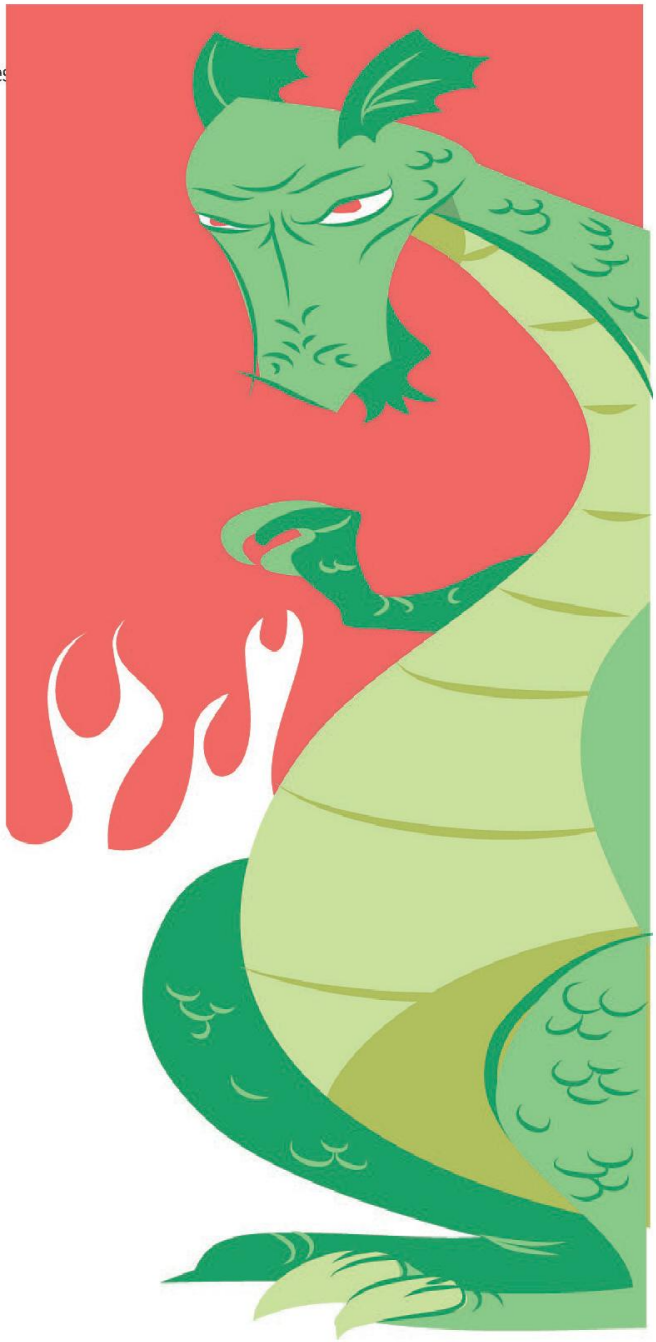
Oito dos nove grupos pesquisados tiveram alta de preços, veja os principais

| Categoria | Agosto (em %) | Impacto no IPCA (pontos percentuais) |
|---|---|---|
| Índice Geral | 0,87 | 0,87 |
| Transportes | 1,46 | 0,31 |
| Alimentação e Bebidas | 1,39 | 0,29 |
| Habitação | 0,68 | 0,11 |

**Combustíveis, os maiores vilões – Variação % por produto**

| Período | Gasolina | Etanol | Diesel |
|---|---|---|---|
| Jul 21 | 1,55 | -0,75 | 0,96 |
| Ago 21 | 2,80 | 4,50 | 1,79 |
| Acumulado no ano | 31,09 | 40,75 | 28,02 |

Fontes: IBGE e analistas



# Brasília é a recordista entre capitais

O aumento do custo de vida pesou mais para os moradores de Brasília do que para os demais brasileiros. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital registrou a maior alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre as 16 pesquisadas. A variação da **inflação** oficial na capital federal foi de 1,40% em agosto na comparação com julho, acima da média nacional, de 0,87%. A alta foi puxada pelos aumentos dos preços da gasolina e do etanol, que também tiveram as maiores altas entre as cidades pesquisadas, de 7,76% e 7,09%, respectivamente. A energia elétrica também ajudou, pois subiu 3,67% no quadradinho. Diante da alta dos preços sem fim, o corretor de imóveis Júlio Oliveira, 52 anos, tenta equilibrar as finanças como pode. "Tudo está subindo muito e muito rápido. E o nosso salário só encolhe", lamentou. "Hoje em dia, eu troquei a maioria daquilo que comprava por coisas mais baratas. Até o detergente que uso é de outra marca. E, com a gasolina no preço atual, quase não saio mais de carro, e tenho feito minhas atividades a maioria a pé ou de metrô", contou. O servidor público Lucas Carvalho, 44, disse que nunca tinha presenciado um momento de preços tão altos. "Hoje, com R$ 100 vamos ao mercado e saímos com uma sacolinha pequena. Nosso dinheiro não rende quase nada mais", afirmou ele, que mora em Brasília há 14 anos. Assim como o corretor Júlio Oliveira, o servidor disse que costuma trocar produtos de marcas mais caras pelas mais baratas no supermercado.

No acumulado do ano, o IPCA em Brasília registrou elevação de 5,56%. Em 12 meses até o mês passado, a alta da **inflação** na capital federal foi de 8,61%, ficando abaixo da média nacional, de 9,68%. Sete cidades já registram IPCA de dois dígitos no acumulado em 12 meses. São elas: Vitória (11,07%), Curitiba (12,08%), Campo Grande (11,26%), São Luís (11,25%), Porto Alegre (10,42%), Rio Branco (11,97%) e Fortaleza (11,20%). A região metropolitana de Belo Horizonte registrou a menor alta do IPCA em agosto, de 0,43%. (RH, com colaboração de Gabriela Bernardes*) *Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

# É hora de dar um basta! (Artigo)

***» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO***

Nos últimos dois meses, Bolsonaro e apoiadores dedicaram seu tempo e energia para convocar para dia 7 de setembro o que seriam as maiores manifestações populares já vistas. Não pouparam esforços, promovendo ações de mobilização, usando sistematicamente as redes sociais, concedendo entrevistas diárias a rádios e fazendo discursos em solenidades oficiais.

A pauta foi se adequando a cada momento político. Primeiramente, adotaram a bandeira do voto impresso, um claro retrocesso em nosso sistema comprovadamente confiável. Com a derrota dessa proposta na Câmara, retiraram da gaveta uma antiga bandeira, que têm sempre à mão: os ataques frontais ao Supremo Tribunal Federal (STF), na figura do ministro Alexandre de Moraes, principalmente após as justas e corretas prisões decretadas por ele a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na última semana, alinharam a narrativa em torno da ideia de que as manifestações teriam como grande e nobre objetivo a defesa da liberdade. Nesse conceito, para eles, pode-se tudo. Desde ameaças públicas de morte a ministros e a adversários políticos, passando pelo pedido de fechamento do STF e chegando à intervenção militar. Finalmente, chegou para eles o tão esperado dia. Foram manifestações que levaram às ruas centenas de milhares de pessoas representantes da parcela da população que apoia o presidente, algo na faixa de 25%.

Brasília e São Paulo foram os locais escolhidos como palco para o show presidencial. Os chamados bombeiros do governo tinham a esperança de que não houvesse excessos em seus discursos. Doce ilusão! Isolado politicamente e acuado pelo crescente aumento de rejeição a seu governo, como demonstrado nas pesquisas, resolveu radicalizar, proferindo as seguintes declarações: "Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá"; "Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança"; "E dizer aqueles que querem me tornar inelegível em Brasília: só Deus me tira de lá".

Ora, nada diferente a esperar de um presidente que adota um comportamento de influenciador digital. Afinal, desde que, formalmente, tomou posse, há 32 meses e 10 dias, nunca desceu do palanque de campanha, deixando de lado a intransferível responsabilidade com a governança do país, função para a qual foi eleito com quase 58 milhões de votos.

Não seria agora que falaria sobre os principais dramas vividos pela população: aumento do custo de vida, crise hídrica, **inflação** fora de controle, desemprego, gasolina a R$ 7 e botijão de gás a R$ 120, problemas cuja origem é um executivo absolutamente incompetente! Como ele jamais vai reconhecer, a saída é desviar a atenção, apontando culpados com o argumento de que não o deixam governar.

Porém, sua estratégia é muito mais danosa para a democracia. Trata-se de criar confronto e estimular a desobediência civil. Sua radicalização parte da premissa que a Câmara dos Deputados, dominada pelo Centrão, não autorizará o impeachment, permitindo a ele continuar tensionando o país e acenando aos apoiadores com a possibilidade de não aceitar a cada vez mais provável derrota nas eleições de 2022.

Em resposta às declarações presidenciais, no dia 8, tivemos os pronunciamentos dos presidentes da Câmara e do STF. O primeiro, a maior liderança do Centrão, com um semblante visivelmente tenso, fez novo apelo ao entendimento, apenas pontuando seu descontentamento com a insistência no voto impresso. Na essência, "passou pano" mais uma vez.

O ministro Fux foi absolutamente contundente, apontando o dedo para o crime de responsabilidade

cometido pelo presidente ao afirmar que não cumprirá decisões da Justiça e chamando às falas os representantes do poder legislativo para que cumpram seu papel constitucional. A consequência imediata é que a negociação em torno dos R$ 89 bilhões de precatórios e a indicação de André Mendonça para o STF subiram no telhado.

E, no próximo domingo (12/9), as manifestações convocadas por MBL e Vem Pra Rua ganharam a adesão de partidos de esquerda e de centrais sindicais. Tudo indica que serão bem grandes, aumentando a pressão sobre Bolsonaro e Arthur Lira.

Se hoje há dificuldade política para a abertura do processo de impeachment, todo mundo sabe que o Centrão "até vai ao enterro, chora, mas não entra junto na cova". Faltam quase 13 meses para as eleições e, a cada dia, fica evidente para mais lideranças de diversos partidos que o país não pode continuar entregue por tanto tempo às irresponsabilidades de um mandatário que só pensa em ser um ditador ao estilo Erdogan, Orban, Maduro ou Putin. É hora de dar um basta!

Consultor em estratégia

# O voo de Temer para manter a paz no país - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

DIOGENIS SANTOS/AGÊNCIA CAMARA – 26/2/11

EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A PRESS

***BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA***

O alerta foi em relação aos bloqueios nas rodovias diante do risco de provocar sérios transtornos à atividade econômica, impactando diretamente o abastecimento das cidades brasileiras, em um contexto ainda marcado pela pandemia da COVID-19.

Já o fato em si partiu da Confederação Nacional do Transporte (CNT): "a entidade informa que não apoia nenhum tipo de paralisação e reafirma o compromisso do setor transportador com a sociedade e com o inegociável direito de ir e vir. A CNT também esclarece que desconhece o teor da pauta desses profissionais".

"Fala para os caminhoneiros aí, que são nossos aliados, mas esses bloqueios atrapalham a nossa economia. Isso provoca desabastecimento, **inflação** e prejudica todo mundo, em especial, os mais pobres. Então, dá um toque nos caras aí, se for possível, para liberar, tá ok?"

Desta vez, o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, não pôs mais fogo na ação dos caminhoneiros que insistiam em não ir embora. Muito antes pelo contrário, tanto que resumiu: "e aproveita, em meu nome, dá um abraço em todos os caminhoneiros. Valeu!"

A divulgação da "Declaração à Nação" teve o dedo de quem entende. Quem ajudou o presidente Jair Bolsonaro foi nada menos que o ex-presidente da República, Michel **Temer** (MDB). Ele foi a Brasília a bordo de um avião enviado para São Paulo. O objetivo era buscar o ex-presidente para um almoço, quando discutiram a atual crise institucional.

Bolsonaro chamou quem conhece muito bem um cenário como este atual. **Temer** foi alçado à Presidência da República por causa do impeachment sofrido pela ex-presidenta, como ela gostava de ser tratada, Dilma Rousseff (PT).

Vale trazer uma aula de história: a posse de Michel **Temer** como presidente da República Federativa do Brasil aconteceu em 31 de agosto de 2016. Ele foi empossado em definitivo depois de exercer interinamente o cargo após pouco mais de três meses. Ou seja, até o impeachment de Dilma ser consumado.

Para registro, o advogado-geral da União, Bruno Bianco, também participou da reunião entre os presidentes Bolsonaro e **Temer**. O encontro não foi informado nas agendas oficiais divulgadas pelo Palácio do Planalto e muito menos pela Advocacia-Geralda União (AGU).

Que dia este, hein? Só que teve uma outra notícia com a defesa de uma possível paz. Um apelo do ex-presidente Michel **Temer** (MDB) que intercedeu junto ao ministro do STF Alexandre de Moraes por uma espécie de armistício. Diante disso, Bolsonaro falou por telefone com o ministro Moraes. E ficou nisso, óbvio que não foi divulgado com detalhes o teor da conversa.

Excepcional

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prorrogou, por mais 60 dias, a vigência da Medida Provisória (MP), que criou a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG). A medida provisória, que perderia validade nesta semana, aguarda deliberação na Câmara dos Deputados e ainda terá de passar em votação no Senado. O ato foi publicado, ontem, no Diário Oficial da União (DOU). A previsão é que a câmara de regras funcione até 31 de dezembro de 2021. Até lá, ela pode tomar ações emergenciais.

Ecos do dia...

...da Pátria: O senador Jaques Wagner (PT-BA) afirmou que a postura de Bolsonaro é "marginal à lei". E acrescenta: "a nossa reação tem que ser por meio da lei e das instituições. Não há outra saída senão o impeachment. Cabe à Câmara tomar essa atitude". Outra na ferradura, para o senador Marcos Rogério (DEM-RO), as manifestações de 7 de Setembro foram espontâneas, pró-governo e em defesa da liberdade e da Constituição. Ele afirmou que Bolsonaro não atacou as instituições, mas criticou "um ministro do STF que acha que está acima da Constituição".

Antes tarde...

...do que nunca. Já para a senadora Mara Gabrilli (foto) (PSDB-SP) "O legado deste 7 de Setembro: o presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, aprisionado em seu cárcere mental, confirmou o que a maioria já sabia. Ele é desprovido de qualquer lucidez, caráter e competência para governar. Não lhe resta nenhuma condição para se manter na Presidência do país". Já o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também pelas redes sociais, elogiou o pronunciamento de Fux: "Saúdo e cumprimento o pronunciamento do presidente do STF, Luiz Fux.

@cirogomes

"Irei à manifestação do dia 12 na Avenida Paulista e sempre tentarei ir a outras manifestações que forem convocadas contra Bolsonaro. Seja qual for o sacrifício e risco que isso represente, há algo maior que tudo: o futuro do Brasil e da nossa democracia. Esta luta não é mais um símbolo ou uma metáfora, mas um embate real em defesa da justiça e da liberdade. Ela está acima de pessoas, de partidos ou posicionamentos ideológicos. Estamos às voltas com duas ameaças mortais: uma é a COVID-19 e outra Bolsonaro".

Nada com isso

"Estamos cumprindo o script que fizemos na campanha, tudo o que está sendo votado foi pauta de nossas eleições". Quem diz é o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Só que o mais interessante, Lira não gostou, mas apertado pelos repórteres teve de falar: "o 7 de Setembro ficou". É claro que se referia às manifestações em defesa do governo, marcadas por discursos do presidente Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal (STF). Lira pegou um jeitinho de "sair fora": o importante agora é buscar soluções para os três Poderes encontrarem a saída para o Brasil.

PINGAFOGO

Em visita a Capelinha, o governador Romeu Zema (Novo) destacou que tem trabalhado para retomar as obras paradas pelo estado afora. Ele fez questão de ressaltar que "se esforça para reduzir o que chamou de cemitério de obras".

Ainda sobre o governador Zema (foto) vale o registro de que ele destacou a conta. Serão investidos R$ 61,9 milhões nas obras. E claro não deixou de fazer questão de ressaltar seu comercial. Ele prevê a geração de mil empregos diretos e

Em tempo, sobre a nota Excepcional: A Medida Provisória (MP) foi editada pelo governo no momento em que o país enfrenta uma grave crise hídrica. O novo órgão vai centralizar a gestão para enfrentar a estiagem, considerada a maior no país desde 1931.

Mais um Em tempo, desta vez sobre a nota Nada com isso: quero esclarecer uma fala que fiz mais cedo e que esta sendo descontextualizada. Não afirmei que o Supremo Tribunal Federal (STF) toma decisões inconstitucionais. Jamais o faria.

E finalizou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL): "decisão judicial se cumpre. Pode ser questionada depois, na esfera judicial. Mas deve ser cumprida".

***Site: https://digital.em.com.br/estadodeminas***

# Barroso faz duras críticas a Bolsonaro

Brasília - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que também integra o Supremo Tribunal Federal (STF), abriu a sessão plenária de ontem com duras críticas ao presidente Jair Bolsonaro, inclusive, chegou a chamá-lo de ""farsante"". O magistrado tem sido alvo de críticas constantes de Bolsonaro por causa da recusa da adoção do voto impresso na urna eletrônica, medida já recusada pela Câmara dos Deputados. Mesmo após a rejeição, Bolsonaro tem dito que o sistema está sujeito a fraudes e não é confiável. Ele também acusa Barroso de ter interferido nos trabalhos do Legislativo ao convencer líderes partidários e deputados a rejeitar a mudança no sistema.

Barroso fez o pronunciamento antes da divulgação da carta pública de Bolsonaro defendendo harmonia entre poderes. Ele disse que já está ficando cansado de desmentir Bolsonaro sobre a eficácia das urnas eletrônicas. "Já começa a ficar cansativo no Brasil ter que repetidamente desmentir falsidades para que não sejamos dominados pela pós-verdade, pelos fatos alternativos, para que a repetição da mentira não crie a impressão de que ela se tornou verdade. É muito triste o ponto em que chegamos", disse.

Ele também afirmou que só há dúvidas sobre a segurança do sistema eleitoral hoje porque o próprio presidente da República as criou, depois de passar todo o mandato presidencial até agora atacando as urnas eletrônicas. "Depois de quase três anos de campanha diuturna e insidiosa contra as urnas eletrônicas por parte de ninguém menos do que o presidente da República, uma minoria de eleitores passou a ter dúvidas sobre a segurança do processo eleitoral. Dúvida criada artificialmente por uma máquina governamental de propaganda. Assim que pararem de circular as mentiras, as dúvidas se dissiparão", declarou Barroso.

"Hoje em dia, salvo os fanáticos que são cegos pelo radicalismo e os mercenários, que são cegos pela monetização da mentira, todas as pessoas de bem sabem que não houve fraude e quem é o farsante nessa história", acrescentou o presidente do TSE.

O ministro respondeu objetivamente às acusações feitas à Justiça Eleitoral e afirmou que o debate público permanente e de qualidade é o que permite que todos os cidadãos recebam informações corretas, formem sua opinião e apresentem seus argumentos. Portanto, esse debate não pode ser contaminado por discursos de ódio, campanhas de desinformação e teorias conspiratórias infundadas, sob pena de afronta à democracia".

O magistrado condenou também as atitudes ""autoritárias e extremistas"" do mandatário. Para o presidente do TSE, Bolsonaro põe em prática um modus operandi que tem sido comum em países onde a democracia sucumbiu: a tentativa de descredibilizar o sistema eleitoral para se manter no poder. Nessa lógica, os discursos do mandatário, segundo ele, têm sido ferramentas de uma estratégia que busca minar a democracia brasileira e manter um ecossistema de circulação de inverdades.

"Uma das estratégias do autoritarismo é criar um ambiente de mentiras, no qual as pessoas já não divergem apenas quanto a suas opiniões, como é próprio da democracia, mas divergem quanto aos próprios fatos. Pós-verdades e fatos alternativos ingressaram no vocabulário contemporâneo e identificam essa distopia em que muitos países estão vivendo", declarou..

Ele citou o uso de redes sociais para inflamar os aliados do presidente, a tentativa de descredibilização das instituições e o ataque ao Judiciário, que limita e controlam o poder como ferramentas de propagação do extremismo. "O extremismo tem se valido de campanhas de ódio, de campanhas de desinformação, de meias-verdades e teorias conspiratórias que visam enfraquecer os fundamentos da democracia representativa", ressaltou.

Segundo ele, ""a democracia tem lugar para conservadores, liberais e progressistas. O que nos une na diferença é o respeito à Constituição, aos valores comuns que compartilhamos e que estão nela inscritos. A democracia só não tem lugar para quem pretenda destruí-la", disse.

Por fim, Barroso destacou que "insulto não é argumento e ofensa não é coragem" e acrescentou

ainda que a falta de compostura nos envergonha perante o mundo e a marca Brasil sofre, atualmente, uma desvalorização global. "Somos vítimas de chacota e de desprezo mundial", afirmou, ao destacar que vivemos um desprestígio

maior do que a **inflação**, do que o desemprego, do que a queda de renda, do que a alta do dólar, do que a queda da bolsa, do que o desmatamento da Amazônia, do que o número de mortos pela pandemia, do que a fuga de cérebros e de investimentos. "Não podemos permitir a destruição das instituições para encobrir o fracasso econômico, social e moral que estamos vivendo", enfatizou. Ele encerrou o pronunciamento afirmando: "Com a bênção de Deus - o Deus do bem, do amore do respeito ao próximo -e a proteção das instituições, um presidente eleito democraticamente pelo voto popular tomará posse no dia 1° de janeiro de 2023".

***Site: https://digital.em.com.br/estadodeminas***

# Combustíveis levam IPCA de agosto à maior alta em 21 anos

***Déborah Lima e Marta Vieira***

Os aumentos dos preços dos combustíveis ganharam força em agosto, tendo exercido pressão suficiente para alçar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 0,87% à maior alta para o mês desde 2000 (1,31%), informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dona do maior impacto individual sobre o indicador oficial da **inflação** no Brasil, a gasolina encareceu 2,80%, mas não esteve sozinha no carro-chefe dos reajustes. Houve destaque também para as remarcações de 4,50% do etanol, 2,06% do gás veicular e 1,79% do óleo diesel. As fartas altas preocupam em meio à tensão provocada pela crise entre o Palácio do Planalto eo Judiciário, que frustra as expectativas no mercado financeiro para a recuperação da economia e tende a reforçar a elevação do custo de vida.

Com o aumento registrado em agosto, a **inflação** acumula variação de 5,67% neste ano e fura a meta definida pelo Banco Central para 2021, de 3,75%, considerando-se, ainda, margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Em um ano, o IPCA atingiu 9,68% na média nacional e se depara com o fantasma dos dois dígitos em oito regiões metropolitanas, de Curitiba (12,08%), Vitória (11,07%), Goiânia (10,54%), Campo Grande (11,26%), São Luís (11,25%), Porto Alegre (10,42%), Rio Branco (11,97%) e Fortaleza (1,20%).

A Grande Belo Horizonte mostrou a menor variação do IPCA em agosto no país, de 0,43% -num empate com a área metropolitana de Fortaleza -, mas não significa alívio. O IBGE destacou alta importante do transporte por aplicativo na Região Metropolitana da capital mineira, de 0,94%. Não fossem as quedas de 20,05% do preço das passagens aéreas e de 13,73% da taxa de água e esgoto, a pressão sobre a **inflação** teria sido bem maior. O IPCA subiu 5,06% no acumulado do ano e 9,67% no período dos últimos 12 meses em BH e entorno.

O analista da pesquisa do IBGE André Filipe Guedes Almeida observou que oito dos nove grupos de produtos e serviços acompanhados pelo instituto tiveram aumento de preços em agosto, e os transportes registraram a principal alta, de 1,46%. "O preço da gasolina é influenciado pelos reajustes aplicados nas refinarias de acordo com a política de preços da Petrobras. O dólar, os preços no mercado internacional e o encarecimento dos biocombustíveis são fatores que influenciam os custos, o que acaba sendo repassado ao consumidor final", afirmou. Os brasileiros já pagaram reajustes de 31,09%, em média, de janeiro a agosto, do preço da gasolina; 40,75% do etanol e 28,02% do diesel, segundo o IBGE.

FUTURO INCERTO Na vice-liderança dos gastos das famílias em agosto ficaram a alimentação e bebidas, com alta de 1,39%. Segundo o IBGE, os aumentos com a alimentos e bebidas em domícilio passaram de 0,78% em julho para 1,63% no mês passado. Eles refletem, em especial, remarcações de preços da batata-inglesa (19,91%), café moído (7,51%), frango em pedaços (4,47%), frutas (3,90%) e carnes (0,63%).

Na direção oposta, contribuíram para segurar o IPCA as quedas de preços da cebola (-3,71%) e do arroz (-2,09%). O resultado do IPCA fez crescer a preocupação com a trajetória dos preços, na avaliação da chefe de economia da corretora de investimentos Rico Rachel de Sá. "Essas pressões devem seguir presentes nos próximos meses, fazendo com que nossa projeção para a **inflação** no final do ano (hoje em 7,7%) se eleve ainda mais", afirma.

***Site: https://digital.em.com.br/estadodeminas***

# SUFOCO

Evolução do IPCA
(Variação em %)

## Frente ao mês anterior no Brasil

# Jair Bolsonaro recua após ameaças golpistas e diz que não quis agredir Poderes

Bolsonaro em meio a apoiadores durante manifestação na Paulista Danilo Verpa - 7.set.21/Folhapress

***Marianna Holanda, Mateus Vargas, Julia Chaib, Renato Machado e Washington Luiz, Colaborou An na Virgínia Balloussier, de São Paulo JC, MH e Bruno Boghossian***

Dois dias após atacar o STF (Supremo Tribunal Federal) com ameaças golpistas, o presidente Jair Bolsonaro divulgou uma nota nesta quinta-feira (9) na qual recua, afirma que não teve "nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes" e atribui palavras "contudentes" anteriores ao "calor do momento".

"Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar", afirmou.

A mudança de tom do presidente após repetidos xinga-mentos a integrantes da corte desagradou grupos bolsonaristas, foi elogiada pelos presidentes do Senado e da Câmara, mas vista com ceticismo pelos magistrados.

Horas depois de divulgá-la, Bolsonaro usou sua live semanal para tentar se justificar a apoiadores, dizendo não haver "nada de mais" na nota, e voltou a questionar as urnas eletrônicas e a provocar o ministro do STF e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luís Roberto Barroso.

Bolsonaro passou os últimos dois meses com seguidos ataques ao STF e xinga-mentos a alguns de seus ministros como estratégia para convocar seus apoiadores para os atos do 7 de Setembro, quando repetiu as agressões e fez uma série de ameaças à corte e a seus integrantes.

Os principais alvos de Bolsonaro sempre foram os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. No 7 de Setembro, porém, buscou também emparedar o presidente do STF, Luiz Fux.

Nesta quinta, Bolsonaro disse que suas palavras, "por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum". Ele disse reiterar seu "respeito pelas instituições da República, forças motoras que ajudam a governar o país".

"Essas questões [embates com o STF] devem ser resolvidas por medidas judiciais que serão tomadas de forma a assegurara observância dos direitos e garantias fundamentais previsto no artigo 50 da Constituição Federal", disse.

Antes da divulgação da nota, Bolsonaro conversou por telefone com Moraes, conforme antecipou o Painel A ligação foi mediada por Michel **Temer** (MDB), responsável pela indicação de Moraes ao STF quando estava no comando da Presidência da República.

**Temer** chegou em Brasília pela manhã e voltou para São Paulo no final da tarde. Ele ajudou a redigir a nota com mudança de tom de Bolsonaro.

O responsável por intermediar a conversa foi o AGU (Advogado-geral da União), Bruno Bianco. Também participaram do encontro os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo).

A nota de Bolsonaro foi divulgada um dia depois de o presidente afirmar, em reunião com ministros do governo, que não iria recuar na disputa com o STF. A conversa foi tensa, segundo uma autoridade, e o mandatário chegou a cobrar mais engajamento de alguns de seus subordinados.

O recuo do chefe do Executivo também ocorre um dia após Fux ter feito duro discurso contra as falas golpistas de Bolsonaro no 7 de Setembro e afirmado que a ameaça de descumprir decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes, se confirmada, configura "crime de responsabilidade".

Na noite desta quinta, Bolsonaro disse que "muitos estão batendo em mim por causa da nota", uma referência às queixas de apoiadores após ter inflamado ataques golpistas. Justificou que quis mostrar com a nota que está "pronto para conversar".

Ele voltou a defender o voto impresso, mudança já rejeitada pela Câmara dos Deputados, e disse que "palavras bonitas" de Barroso não convencem ninguém. Em seguida, ainda fez insinuações de cunho homofóbico ao comentar que o presidente do TSE anunciou a criação de comissão para tratar da transparência e segurança nas eleições.

"Se anuncia que está anunciando novas medidas protetivas por ocasião das urnas é porque elas têm brecha. É porque, Barroso, elas são penetráveis. Entendeu, Barroso? Ministro Barroso, entendeu? As urnas são penetráveis, as pessoas podem penetrar nelas", disse o presidente, em tom de deboche.

A mudança de tom de Bolsonaro na nota divulgada à tarde desagradou alguns de seus principais aliados.

"Continuo aliado, mas não alienado! Bolsonaro pode colocar a nota que quiser, Alexandre de Moraes continua a ser um ditador da toga que rasgou a Constituição e prendeu gente inocente", escreveu em rede social o pastor Silas Malafaia, líder da AssemblEia de Deus Vitória em Cristo.

Na terça (7), ele estava ao lado de Bolsonaro quando este chamou o ministro do STF de canalha na avenida Paulista. "Minhas convicções são inegociáveis!" afirmou o pastor.

À Folha Malafaia diz que não falou com o presidente a respeito, mas fez uma suposição. "Como **Temer** é quem indicou Alexandre, quer dizer, tem uma comunhão muito grande -estou supondo, hein?-, pode ser um acordo: Bolsonaro dá um passo atrás para Alexandre de Moraes encerrar esses inquéritos. Estou supondo, tá? Se não for isso, ai vou dizer pra você que o presidente vai ficar em maus lençóis com a base dele." "A realidade: a nota foi horrorosa e uma confissão de bravata. A mentira: que desejo ver o presidente fora do poder. A lição: não defenda seu sentimento contra a realidade, mesmo que isso custe caro, cumpra oque você promete", escreveu o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos.

A manifestação de Bolsonaro também provocou reações no PTB, presidido pelo bolsonarista Roberto Jefferson. Em uma nota publicada no início desta noite, o partido afirmou, sem citar o recuo do presidente, que "não se transige a tirania". Jefferson está preso desde agosto após decisão de Moraes.

"O presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, Roberto Jefferson, está pagando um alto preço por lutar pela liberdade do povo brasileiro. Outros também passam pela mesma situação, contudo, alguns líderes libertam seus liderados, enquanto outros os tornam livres", disse o partido no **comunicado**. Durante discurso na Câmara, a deputada Carla Zambelli (PSL-SP) defendeu Bolsonaro e disse que quem o critica não entendeu o propósito da nota.

"Algumas pessoas se desapontam com ele pelo tema e pela postura de paz que existe nessa nota, pelo tom de paz do pedido de harmonia entre os Poderes. Mas ele prova, mais uma vez, o grande estadista que é, ao mostrar que nunca quis ruptura", justificou.

Já o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil), líder do centra o e autointitulado "amortecedor" no Palácio do Planalto, publicou o texto em suas redes e disse no Twitter "A harmonia e o diálogo entre os Poderes compõem as bases nas quais se sustenta nosso país. O gesto do presidente @jair-bolsonaro demonstra que estamos unidos no trabalho pelo que mais importa, a recuperação do nosso país e o cuidado com os brasileiros".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), elogiou a manifestação do chefe do Executivo. "A declaração à nação do presidente Jair Bolsonaro, afirmando inclusive que a "harmonia entre os Poderes é uma determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar", vai ao encontro do que a maioria dos brasileiros espera", escreveu nas redes sociais.

Por outro lado, adversários declarados do presidente da República aproveitaram o recuo para criticá-lo. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), acrescentando em posta imagem de um rato e escreveu: "O leão virou um rato. Grande dia".

O presidenciável do PDT Ciro Gomes disse que a nota de Bolsonaro "é a rendição mais ridícula e humilhante de um presidente em toda história mundial". "E a prova de que ele não tem mais autoridade política nem moral de governar o país", afirmou.

O texto de Bolsonaro é encerrado com o lema "DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA", da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista e anticomunista fundado por Plínio Salgado em 1932, em São Paulo, que atraiu milhares de simpatizantes em todo o país.

Esta não é a primeira vez em que o presidente usou o mote. O lema foi usado para divulgar o partido que Bolsonaro tentou fundar, a Aliança pelo Brasil, após sua saída do PSL.

Os primeiros sinais de recuo de Bolsonaro foram emitidos na noite de quarta-feira (8). Em áudio, o presidente pediu a aliados que fizessem contato com caminhoneiros alinhados ao governo para liberar as

rodovias bloqueadas depois dos protestos de raiz golpista do dia 7 de Setembro.

Em uma mensagem, o presidente disse que a interrupção do trânsito prejudicava a economia. "Fala para os caminhoneiros ai que [eles] são nossos aliados, mas esses bloqueios aí atrapalham a nossa economia. Isso provoca desabastecimento, **inflação**, prejudica todo mundo, em especial os mais pobres. Então, dá um toque nos caras aí, se for possível, para liberar, tá ok? Para a gente seguir a normalidade." Caminhoneiros duvidaram o teor da mensagem. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, divulgou vídeo para confirmar que o áudio era de fato de Bolsonaro.

No discursos diante de milhares de apoiadores em Brasília e São Paulo no 7 de Setembro, Bolsonaro fez ameaças golpistas contra o STF, exortou desobediência a decisões da Justiça e disse que só sairá morto da Presidência.

Na Esplanada dos Ministérios, Bolsonaro fez uma ameaça direta a Fux. "Ou o chefe desse Poder [Fux] enquadra o seu [ministro] ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos", disse, referindo-se às recentes decisões de Moraes contra bolsonaristas.

"Não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos Três Po - deres continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas", disse Bolsonaro em referência a Moraes.

O ministro foi o responsável por decisões recentes contra bolsonaristas que ameaçam as instituições. Ele tem agido a partir de pedidos da PGR (Procuradoria-Geral da República) , sob o comando de Augusto Aras, indicado por Bolsonaro, e da Polícia Federal, subordinada ao presidente.

Os atos de terça foram dominados p or discursos golpistas do presidente e por faixas, cartazes e gritos autoritários e antidemocráticos de seus apoiadores. O STF foi o principal alvo. Já na avenida Paulista, exortou desobediência a decisões da Justiça.

"Nós devemos sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade. Dizer a vocês, que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou", afirmou.

"[Quero] dizer aos canalhas que eu nunca serei preso", disse o presidente, que prosseguiu. "Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair. Não se pode admitir que uma pessoa apenas, um homem apenas turve a nossa liberdade." Nessas falas, Bolsonaro cometeu crimes de responsabilidade, segundo especialistas ouvidos pela Folha, além de poder ter cometido também crimes comuns, ilícitos eleitorais e ato de improbidade administrativa, na avaliação de parte dos entrevistados.

-

Céticos, ministros do STF veem nota como resposta a isolamento

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) viram com ceticismo a nota divulgada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quinta-feira (9) na qual ele diz não ter tido a intenção de atacar outros Poderes nas manifestações do 7 de Setembro.

Eles afirmam que a postura não vai alterar o rumo de investigações que estão no tribunal e na Justiça Eleitoral.

Integrantes do tribunal avaliam nos bastidores que Bolsonaro mudou de tom por se sentir mais isolado politicamente à medida que cresceu, nos últimos dias, a articulação de partidos de centro e centro-direita a favor do impeachment do presidente.

O texto publicado pelo Palácio do Planalto foi redigido com a ajuda de Michel **Temer** (MDB), após um encontro do ex-presidente com Bolsonaro. Na ocasião, **Temer** telefonou para Alexandre de Moraes e colocou Bolsonaro na linha com o ministro. Interlocutores do ex-presidente dizem que ele articulou uma trégua.

Na prática, porém, magistrados afirmam que a conversa serve para acalmar o mercado financeiro e amenizar a alta do dólar, mas não muda a disposição de Moraes de seguir em frente com inquéritos que miram aliados e o próprio Bolsonaro por propagação de notícias falsas e ataques às instituições.

Além disso, a negociação para encontrar uma saída para resolver o rombo dos precatórios do governo, que vinha sendo articulada com o STF, deve continuar travada.

Surpresos como texto, ministros do Supremo e do TSE entraram em compasso de espera para ver se o presidente vai "recuar do recuo".

A expectativa é que o presidente mantenha os ataques ao sistema eleitoral, às urnas eletrônicas e continue propagando suspeitas falsas sobre as eleições do ano que vem.

FRASES DE BOLSONARO ANTES E DURANTE 07 DE SETEMBRO

"Nunca outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão importante ou será importante quanto esse nosso próximo 7 de Setembro" Em Uberlândia (MG), em 31.ago

"Essas uma ou duas pessoas têm que entender o seu lugar. E o recado de vocês, povo brasileiro, nas ruas, na próxima terça-feira, dia 7, será um ultimato para essas duas pessoas [Moraes e Barroso]" Em discurso na cidade de Tanhaçu (BA), em 3.set

"Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. (...) Sai Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha" Em discurso na av. Paulista, em 7.set

Leia a íntegra da carta divulgada nesta quinta (9) por Jair Bolsonaro

Declaração à Nação

No instante em que o país se encontra dividido entre instituições é meu dever, como Presidente da República, vir a público para dizer:

1. Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar.

2. Sei que boa parte dessas divergências decorrem de conflitos de entendimento acerca das decisões adotadas pelo Ministro Alexandre de Moraes no âmbito do inquérito das fake news.

3. Mas na vida pública as pessoas que exercem o poder não têm o direito de "esticar a corda" a ponto de prejudicar a vida dos brasileiros e sua economia.

4. Por isso quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum.

5. Em que pesem suas qualidades como jurista e professor, existem naturais divergências em algumas decisões do Ministro Alexandre de Moraes.

6. Sendo assim, essas questões devem ser resolvidas por medidas judiciais que serão tomadas de forma a assegurara observância dos direitos e garantias fundamentais previsto no Art 5o da Constituição Federal.

7. Reitero meu respeito pelas instituições da República, forças motoras que ajudam a governar o país.

8. Democracia é isso: Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando juntos em favor do povo e todos respeitando a Constituição.

9. Sempre estive disposto a manter diálogo permanente com os demais Poderes pela manutenção da harmonia e independência entre eles.

10. Finalmente, quero registrar e agradecer o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem alinho meus princípios e valores, e conduzo os destinos do nosso Brasil.

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA Jair Bolsonaro Presidente da República federativa do Brasil

***Site:***
***https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49664***

# Fachin, do STF, vota contra o marco temporal

Indígenas de várias etnias celebram voto do ministro Edson Fachin, contrário à tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas, em Brasília

***Marcelo Rocha brasília***

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), refutou nesta quinta-feira (9) a tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas.

Relator do processo em que a controvérsia é debatida, ele disse que uma interpretação restritiva sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas atenta contra a Constituição e contra o Estado democrático de Direito.

"Entender-se que a Constituição solidificou a questão ao eleger um marco temporal objetivo para a atribuição do direito fundamental a grupo étnico significa fechar-lhes uma vez mais a porta para o exercício completo e digno de todos os direitos inerentes à cidadania", afirmou.

Nesta quinta-feira (9), o STF retomou o julgamento da matéria, com os votos dos ministros. As sessões anteriores foram reservadas às intervenções das partes interessadas, incluindo a União, o Ministério Público Federal e entidades que militam na defesa dos povos indígenas.

A análise deve ser retomada na próxima quarta-feira (15) com a continuação do voto do ministro Kassio Nunes Marques, o segundo a se manifestar -nesta quinta, ele abordou apenas questões preliminares.

Na avaliação de Fachin, em voto de 116 páginas, o direito indígena à terra é fundamental e originário, precedendo o próprio Estado brasileiro.

"Em nome da posse tradicional indígena, compreende ser nulo e extinto título dominial ou possessório válido incidente nessas áreas afetadas à manutenção do modo de vida das comunidades indígenas, a consistir direito originário da etnia", disse.

O relator frisou ainda que, decorridos quase 33 anos desde a promulgação do texto constitucional, os indígenas permanecem, embora cessada a tutela antes vigente, "dependendo das providências administrativas para ver concretizado seu direito à terra".

E destacou a "progressiva redução orçamentária e mitigação do vigor administrativo de gestão imposto à autarquia [Funai] destinada a efetivar as demarcações".

O debate chegou ao Supremo após o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4a Região) usar a regra de ocupação ou não das terras indígenas em 1988 para impor uma derrota à comunidade xokleng.

À época, a Funai (Fundação Nacional do índio) recorreu da decisão e foi neste recurso que o STF resolveu fixar a repercussão geral. Isso significa que a decisão a ser tomada pelo STF valerá para todo o país. Hoje, há 82 processos parados no Judiciário à espera de uma definição sobre a possibilidade de aplicação ou não da tese do marco temporal.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu que a fixação de um marco temporal para demarcação de terras indígenas deve ser aplicada caso a caso.

Aras destacou a importância da preservação das regiões ocupadas historicamente por indígenas e sugeriu que o Supremo aprove uma tese a ser seguida pelas demais instâncias do Judiciário que preveja a demarcação das terras "no caso concreto".

Ao rejeitar a ideia de se afastar por completo o marco temporal dos processos judiciais que discutem a posse sobre terras em disputa, o chefe da PGR enviou um sinal à bancada ruralista no Congresso e ao presidente Jair Bolsonaro, que tem feito críticas à tese defendida por indígenas.

Em recente evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro disse que eventual decisão do STF contrária ao marco temporal fará com que um território do tamanho da região Sul seja agregado às reservas indígenas. Segundo ele, o veredicto poderá afetar a produção de alimentos e a **inflação**.

"Hoje, a cada cinco pessoas que se alimentam no mundo, um prato vem do Brasil. Se isso for aprovado, com toda certeza, a cada 15 pratos, um só vira do Brasil. Teremos aumento de **inflação**, escassez de alimentos, fazendas sendo simplesmente destruídas." As sustentações orais realizadas sobre a matéria deixaram claro que as divergências não giram em torno apenas do mérito da discussão, mas também sobre o histórico do STF em relação à constitucionalidade da existência de um marco temporal para demarcação de terras.

De um lado, o advogado- geral da União, Bruno Bianco, afirmou que em 2009 o STF reconheceu o direito dos indígenas em relação à área conhecida como Raposa Serra do Sol, em Roraima, porque eles estavam no local desde antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Assim, segundo o representante do governo, o STF definiu as balizas para demarcações e decidiu que elas só podem ocorrer em situações em que as populações tradicionais já as ocupavam em 1988.

O advogado Rafael Modesto, da comunidade indígena xokleng, da terra Ibirama-La Klãnõ, por sua vez, afirmou que a interpretação de Bianco é uma tentativa de ressignificar aquela decisão favorável às populações tradicionais.

"As condicionantes serviram, e ficou claro, tão somente para dar operacionalidade àquele julgado. Destaque-se que o marco temporal parte do negacionismo, da negação à ciência antropológica, que conta com método próprio e é a única a dizer os limites das terras indígenas", afirmou Modesto.

Luiz Henrique Eloy Amado usou a palavra em nome da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e afirmou que adotar o marco temporal é "ignorar todas as violações a que os indígenas foram e estão submetidos".

"É preciso perguntar: se determinada comunidade não estava em sua terra na data de 5 de outubro, onde elas estavam? Quem as despejou dali? Basta lembrar que estávamos saindo do período da ditadura, onde muitas comunidades foram despejadas de suas terras", disse.

A advogada indígena Samara Carvalho Santos, do Mupoiba (Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia), também lembrou o histórico de expulsões de aldeias de suas regiões.

"Impor sobre nós o ônus de estarmos ocupando nossas terras em 5 de outubro de 1988 é desconsiderar esse passado muito recente no qual sequer tínhamos o direito de escolher os nossos próprios destinos."

***Site:***
***https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49664***

# Inflação encosta em 2 dígitos após maior alta em 21 anos

***Leonardo Vieceli***

A **inflação** oficial do país, medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), alcançou a maior taxa para agosto (0,87%) em 21 anos e, com o resultado, encostou em dois dígitos no acumulado de 12 meses (9,68%). É o que apontam os dados divulgados nesta quinta-feira (9) pelo IBGE.

Na visão de economistas, o quadro reflete uma difusão maior da alta de preços entre os setores da economia. Analistas do mercado financeiro ainda evitam falar em descontrole inflacionário, mas passaram a elevar suas projeções para o IPCA tanto em 2021 quanto em 2022.

Tudo isso ocorre no momento em que o Brasil amarga uma crise hídrica prolongada, que encarece as contas de luz, e um acirramento da tensão política, que impacta a taxa de câmbio.

Segundo o IBGE, a alta de 0,87% em agosto é a maior para o IPCAdesde2ooo. O resultado, associado principalmente ao aumento da gasolina, veio após um avanço ainda mais forte em julho, de 0,96%.

Mesmo com a desaceleração, a taxa de agosto ficou acima das expectativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,71%.

Ao chegar a 9,68% no acumulado de 12 meses, o IPCA ampliou a distância do teto da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central. No acumulado até julho, a variação estava em 8,99%.

O teto da meta em 2021 é de 5,25%. O centro, de3,75%.

"E um quadro preocupante. Estamos passando por uma seca muito grande e tivemos uma forte alta do dólar, que impacta combustíveis e atinge outros setores da cadeia produtiva. O resultado de agosto mostrou um aumento mais generalizado nos preços", diz a economista Vivian Almeida, professora do Ibmec/RJ.

A alta de preços mais disse -minada pode ser medida pelo índice de difusão do IPCA. Conforme o IBGE, o indicador, que analisa o percentual de itens com aumentos nos valores, passou de 64% em julho para 72% em agosto.

Foi a primeira vez em 2021 que o indicador acima de 70%. Em dezembro do ano passado, o índice de difusão também estava em 72%.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE subiram em agosto, com destaque para o segmento de transportes. Puxado pelos combustíveis, esse ramo registrou a maior variação (1,46%) e o maior impacto (0,31 ponto percentual) no índice geral do mês.

Dentro de transportes, a gasolina subiu 2,80%. O combustível, aliás, teve o principal impacto individual (0,17 p.p.) no IPCA de agosto.

"O preço da gasolina é influenciado pelos reajustes aplicados nas refinarias de acordo com a política de preços da Petrobras. O dólar, os preços no mercado internacional e o encarecimento dos biocombustíveis são fatores que influenciam os custos, o que acaba sendo repassado ao consumidor final", disse André Filipe Guedes Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

A segunda maior contribuição entre os grupos (0,29 ponto percentual) veio de alimentação e bebidas (1,39%), que acelerou em relação ao mês anterior (0,60%).

Conforme Almeida, o avanço nos preços de alimentos pode ser associado, em parte, ao dólar elevado e aos fenômenos climáticos adversos, incluindo as geadas de julho. Na ocasião, o frio intenso danificou plantações diversas, de milho e café a hortaliças.

O grupo habitação, por sua vez, teve variação de o,68% e impacto de 0,11 ponto em agosto. O resultado ficou abaixo de julho (3,10%). A variação do grupo ainda foi influenciada pela alta da energia elétrica (1,10%), mesmo com a desaceleração do item em relação ao mês anterior (7,88%).

A escalada do IPCA ganho u corpo ao longo da pandemia. Em um primeiro momento, houve disparada de preços de alimentos e, em seguida, avanço de combustíveis. Alta do dólar, estoques menores e avanço das commodities ajudam a explicar o comportamento dos preços.

Não bastasse essa combinação, a crise hídrica também passou a ameaçar o controle da **inflação** neste ano. É que a escassez de chuva força o acionamento de usinas térmicas, o que eleva os custos de geração de energia elétrica. O reflexo é a luz mais cara.

Em uma tentativa de frear a **inflação**, o Copom (Comitê de Política Monetária do BC) passou a subir a taxa básica de juros (Selic). Em agosto, o colegiado confirmou alta de um ponto percentual na Selic, para 5,25% ao ano.

Os preços em patamar alto, em um ambiente de juros maiores, desemprego acentuado e renda fragilizada, jogam contra o consumo das famílias e os investimentos das empresas.

Para parte dos analistas, o país corre o risco de embarcar em um período de estagflação nos próximos meses. O fenômeno é caracterizado por combinar fraqueza econômica e preços em alta.

"A conjunção de crise hídrica com elevação forte dos juros causa sensação de estagflação iminente", apontou recente relatório da consultoria MB Associados.

Analistas também demonstram preocupação com a turbulência política. A crise protagonizada pelo governo pressiona o dólar para cima, o que impacta preços de itens como combustíveis.

Na avaliação do economista -chefe do Banco Original, Marco Caruso, além dos reflexos no câmbio, a tensão política também traz incertezas sobre a condução da política fiscal às vésperas das eleições de 2022. Após a divulgação do IPCA de agosto, o Original revisou para cima suas projeções para o índice de **inflação**.

A alta prevista em 2021 passou de 7,85% para 8,5%.

O aumento de preços de produtos considerados básicos para a alimentação das famílias tem levado os supermercados a ampliar o número de marcas, de modo a oferecer mais opções.

Segundo o vice-presidente da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), Mareio Milan, o movimento vem sendo observado há pelo menos quatro meses e aparece principalmente em itens como arroz, feijão, café em pó, açúcar, frango e ovos.

No caso do arroz, de 6 a 7 marcas, em média, os estabelecimentos passaram a oferecer até 12 opções. O monitoramento da entidade indica que, em julho, essa maior variedade permitiu que o consumidor encontrasse pacotes de cinco quilos custando de R$ 17,50 a R$ 28. "Para este momento de alta de preços, essa foi uma das alternativas para o consumidor ter mais opções."

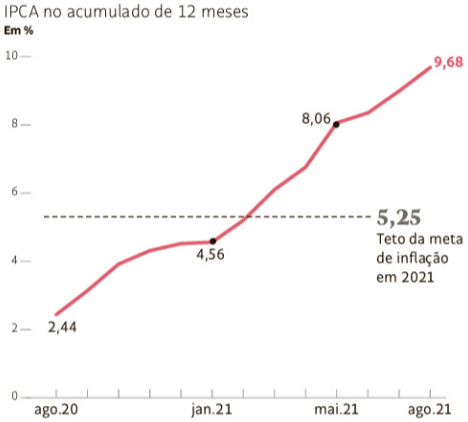
Café em pó e leite já estão aparecendo com até dez marcas diferentes, no caso do primeiro, e sete, no segundo, o dobro do que costuma ser oferecido, segundo a Abras.

De janeiro a julho, a variação é de 5,29%. O produto com maior alta em todo o Brasil, na passagem de junho para julho, foi o tomate, com 22,8%. Em 12 meses, subiu 50,95%.

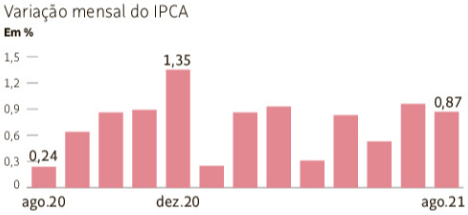
***Site:***
***https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1***

## Escalada da inflação

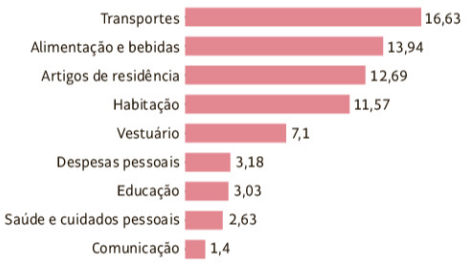
IPCA no acumulado de 12 meses



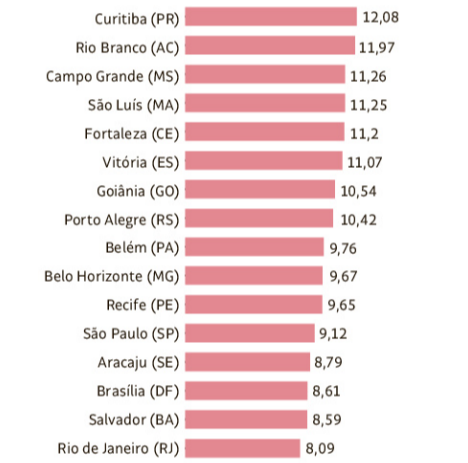

Variação mensal do IPCA



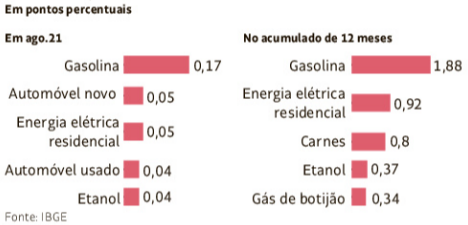

Inflação por grupos




IPCA nas capitais




Maiores impactos no IPCA




Fonte: IBGE

# Apesar de Bolsonaro, sensação de bem-estar vai melhorar até a eleição

***Fernando Canzian***

O economista José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio, afirma ter "muita dificuldade" para entender a estratégia de confronto político do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) neste momento de recuperação da economia.

"Temos de prestar atenção no que está por trás do que vem fazendo. Não acho que ele esteja jogando fora o seu tempo", afirma, lembrando que Bolsonaro venceu a eleição há três anos de forma "muito impressionante".

Também economista-chefe da Genial Investimentos, Camargo diz que a economia brasileira estará em outro patamar no fim deste ano e no período eleitoral de 2022, com a volta do setor de serviços, que representa 70% do **PIB**.

"É verdade que o desemprego e a **inflação** estão altos. Mas isso já está", afirma. "Se continuarmos na mesma trajetória da pandemia de hoje, teremos um final de ano muito diferente. E isso não é só na economia, é na sociedade, com a sensação de bem estar mudando completamente."

Para Camargo, quem conseguir capitalizar esse sentimento estará no segundo turno no ano que vem.

A situação que tínhamos até algumas semanas atrás, se não confortável, era um pouco mais arrumada para termos um segundo semestre melhor. Mas o que veio é a deterioração de índices de mercado e de expectativas causada pelo próprio presidente. O que esperar da economia agora?

Aumentou muito o grau de incerteza, e ninguém sabe exatamente até onde o presidente está disposto a ir e quais serão seus próximos passos. Não sabemos ainda como o Congresso e o Judiciário vão reagir a essas manifestações.

De um certo ponto de vista, os presidentes das Casas, tanto o Arthur Lira [Câmara] quanto o Rodrigo Pacheco [Senado] reagiram mais ou menos tranquilamente, com declarações bastante apaziguadoras. O Lira até dividiu as responsabilidades [da crise] entre o STF e o presidente. No Legislativo, a situação deve continuar parecida, com todos os problemas que já existiam.

O problema é como o Judiciário vai reagir ao discurso do presidente. A principal questão a ser resolvida é a dos precatórios [o Supremo estava procurando saída para o governo não ter de pagar R$ 89,9 bilhões em dívidas judiciais neste ano]. Mas o grande problema é que não conseguimos antecipar os próximos passos do presidente.

Muita gente no mercado está atribuindo diretamente ao presidente a deterioração de indicadores como o dólar, que alimenta a **inflação** e os juros futuros. E que poderíamos ter uma situação melhor se o presidente não puxasse a corda o tempo todo.

Não tenho nenhuma dúvida de que esse comportamento agressivo do presidente afeta o preço dos ativos. Isso aumenta muito a incerteza, temos mais desvalorização cambial do que teríamos, a Bolsa não ganha tração e as taxas de juros aumentam. No escuro, é muito difícil caminhar.

Mantido esse cenário, temos daqui para frente dois movimentos. De um lado, os ativos financeiros voláteis, **inflação** alta, alguns problemas ainda nas cadeias industriais, perspectiva de juros e crédito mais caros e investimentos pausados. De outro, o grande setor de serviços voltando. Como você vê o resultado dessas duas forças?

Estamos relativamente otimistas em relação ao comportamento da economia no segundo semestre. Incerteza é sempre ruim. O investimento e o consumo ficam mais contidos. Mas o ponto é que o motor do crescimento no segundo semestre vai ser o setor de serviços.

Se a pandemia continuar na trajetória que vem vindo

nos últimos três meses, isso será muito positivo. O "se" aí e muito importante. Mas se isso for verdade, nosso cenário é de euforia no fim do ano, com as pessoas loucas para sair de casa. Isso já está aparecendo nos dados, mas vai aumentar se a trajetória continuar a que está aí.

Vamos chegar ao fim do ano com uma sensação de bem-estar completamente diferente do que a gente tem hoje. Por isso, estamos otimistas.

O emprego no setor de serviços é muito concentrado no informal, que foi quem mais sofreu na pandemia. Temos 5 milhões de trabalhadores informais que ficaram sem trabalhar e que vão retomar a ocupação agora, com a volta dos serviços. Isso é muito positivo para os mais pobres, necessitados e os que mais sofreram. Isso já está acontecendo. É o boteco da esquina, o restaurante na vizinhança, os empregados domésticos e assim por diante.

É verdade que o desemprego e a **inflação** estão altos. Mas isso já está. Novamente, o "se" é fundamental. Se continuarmos na mesma trajetória da pandemia, teremos um final de ano muito diferente do que foi o primeiro semestre deste ano. E isso não é só na economia, é na sociedade, com a sensação de bem-estar mudando completamente. Vai acontecer mais ou menos o que foi o fim da gripe espanhola, em 1919, com uma euforia monumental.

Qual a expectativa sobre a situação fiscal e **PIB** deste ano?

Nossa avaliação é que a situação fiscal está sob controle. Temos uma redução importante no déficit primário, e o Brasil é o único país que está fazendo consolidação fiscal no meio da pandemia. Vamos diminuir o déficit primário [resultado negativo nas contas do governo, sem considerar os juros da dívida pública] de quase 9% do **PIB** para pouco mais de 1% neste ano e para algo perto de 0,6% no ano que vem. Isso é uma coisa impressionante e inusitada. Podemos perder isso no meio do caminho. Mas acho que não. Nossa avaliação é que o governo vai respeitar o teto de gastos [que limita o aumento da despesa à **inflação** de 12 meses]. Isso é um ponto muito importante.

Até ontem, estávamos trabalhando com um crescimento de 5,8% neste ano, e isso tem a ver exatamente com a questão dos serviços. É possível que isso se reduza um pouco porque tem a ver também com os investimentos. Estávamos muito otimistas com a volta das concessões e de outros investimentos produtivos, mas isso pode dar uma recuada agora com o aumento das incertezas. Mas serviço é 70% da economia brasileira, e vai fazer muita diferença. A volta vai ser muito forte.

Do ponto de vista político, você consegue entender qual a estratégia do presidente? Parece que, se ele tivesse uma posição um pouco mais conciliadora ou mesmo "silenciosa", poderia ser ajudado muito mais, principalmente pelo setor de serviços. Fazendo barulho, ele não acaba jogando contra sua reeleição?

Para mim, é uma incógnita. Tenho muita dificuldade de acompanhar os movimentos políticos do presidente. Ele deve ter alguma coisa na cabeça. Ele ganhou uma eleição há três anos de uma forma muito impressionante. Montou uma estratégia e venceu. Não é pouco. Temos de prestar atenção no que está por trás do que vem fazendo. Não acho que ele esteja jogando fora o seu tempo.

Mas não consigo entender direito. Se tivesse menos incerteza, seria mais fácil se viabilizar como incumbente. Com esse aumento da incerteza, haverá redução de investimentos, menos emprego, mais **inflação**.

Mas a pergunta que eu tenho me feito é quem vai capitalizar essa melhora de ambiente que será gerada pelo fim da pandemia. Essa é a grande questão ainda sem resposta.

Pode ser o presidente, que pode dizer que comprou vacina para todo mundo e a pandemia acabou. Pode ser o [João] Dória, que pode dizer que fez a vacina. Pode ser o [Luiz Henrique] Mandetta [ex-ministro da Saúde], que ia para a televisão todo dia. Quem vai capitalizar essa volta caso a pandemia acabe?

Isso pode ser definitivo para o resultado da eleição, e quem conseguir fazer isso estará no segundo turno no ano que vem.

O Brasil é um país pobre e são os pobres que mais estão sofrendo com a **inflação**. Acabou de sair o IPCA de agosto (0,87% e 9,68% no acumulado em 12 meses), o maior desde 2000. Vai haver melhora nos serviços, mas isso será suficiente para essa parcela, majoritária, daqui até a eleição?

Esse foi o grupo que mais sofreu com a pandemia. Os mais pobres, informais e os que têm de trabalhar presencialmente foram os grandes perdedores. Não puderam fazer trabalho remoto. Eles perderam muito e não foi só no Brasil. Vamos ter um aumento da desigualdade, sem a menor dúvida.

Mas é por isso que essa volta do emprego informal é tão importante. Não vamos conseguir formalizar 30 milhões de pessoas de uma hora para outra. Mas vai haver geração de renda pela volta dos serviços. Muita

gente reclama da informalidade. Mas, escuta: estamos numa emergência. Temos milhões de trabalhadores sem ocupação e é extremamente positiva a volta deles ao mercado de trabalho.

No fim deste ano e no ano que vem estaremos melhor do que neste ano. É suficiente para compensar? Acho que não, mas é o que vamos ter.

José Márcio Camargo, 73

Doutor em economia pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) e graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e economista-chefe da Genial Investimentos. Foi um dos formuladores do Bolsa Família.

***Site:***
***https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1***

# Bolsonaro é líder caminhoneiro, diz ex-ministro que viveu crise de 2018

***Igor Gielow***

O movimento de caminhoneiros pelo país tem origem na organização que emergiu na traumática greve de 2018, mas com uma diferença fundamental.

"O líder é o presidente da República", avalia Raul Jungmann, apontando para o fato de que foi Jair Bolsonaro quem convocou a categoria a integrar os atos golpistas em favor de seu governo no feriado do 7 de Setembro.

Ministro da Segurança Pública do governo de Michel **Temer** (MDB), Jungmann esteve na linha de frente da crise aguda de maio de 2018, quando bloqueios provocaram estado de emergência em diversos pontos do país e obrigaram o uso de forças federais.

"Naquele momento, surgiu um sindicalismo em rede. Nós fizemos uma reunião com sindicatos, fizemos foto, e a greve só piorou depois. Isso porque é algo disperso, de grupos que falam entre si. Com quem você negocia?", contou.

A greve de 2018 "balançou o governo", diz o ex-ministro, que antes ocupara a pasta da Defesa sob **Temer**. Naquele momento, Bolsonaro era um candidato ainda visto com desconfiança pelo establishment, e já muito associado às lideranças de caminhoneiros.

Como ocorreu na noite de quarta (8), ele tentou se desvencilhar do problema ao conceder uma entrevista à Folha dizendo que os atos deveriam parar. Ali, como agora, o cálculo foi de dano político.

"Havia um apoio da classe média à greve de 2018 [como o Datafolha atestou]. Mas quando as cidades ficaram sem abastecimento e isso impactou preços, a coisa mudou", lembra Jungmann.

Há também diferenças estruturais. Em 2018, existia uma pauta dos caminhoneiros autônomos que foi, em parte, atendida pelo governo: a alta do diesel na bomba foi parcialmente revertida e a cobrança de pedágio por eixo suspenso de caminhões, retirada.

"Também havia o interesse de empresas transportadoras, que estimularam os autônomos fornecendo combustível, para chantagear o governo, fazer locaute", diz o ex-ministro, ressaltando que há aspectos empresariais hoje também.

"A Aprosoja [entidade de produtores de soja] é contra a discussão [no Supremo Tribunal Federal] para derrubar o marco temporal das discussões sobre áreas indígenas, por exemplo", afirma.

Mas o grande diferencial é de cunho político. Em 2018, **Temer** já vivia uma crise quase terminal de popularidade, na esteira do escândalo da JBS, e seu governo enfraquecido era o alvo. Agora, como diz Jungmann, Bolsonaro é quem chamou os caminhoneiros às ruas.

Ele crê que o recuo de Bolsonaro, que pediu o fim do movimento, se deve exclusivamente ao temor de desabastecimento num momento de erosão da economia: **inflação** alta, crise energética nos calcanhares do governo, desemprego e problemas fiscais se avolumando.

A percepção do ex-ministro é de que o movimento atual não irá crescer como em 2018, com efeitos graves na economia. Há também o fato de que muitas entidades do setor se posicionaram contra os atos.

O grau de assessoramento de Bolsonaro parece baixo, de todo modo, visto que sua mensagem para lideranças dos caminhoneiros na Esplanada dos Ministérios foi repassada pelo ministro Tarcísio Gomes (Infraestrutura) em um áudio de WhatsApp.

"Naquela crise, fazíamos duas reuniões por dia do comitê de gestão, a segunda delas com o presidente presente", diz Jungmann.

O governo então pediu que o movimento, iniciado em 21 de maio, fosse declarado ilegal pelo Supremo -o

que ocorreu imediatamente. Dali em diante, abriu processos por meio da Polícia Federal e usou as Forças Amadas para garantir a desobstrução de vias.

Enquanto isso, o governo negociou suas concessões finais e o movimento acabou no dia 30.

Hoje, tais recursos atenderiam à quimera bolsonarista de um golpe: circulam mensagens dizendo que uma radicalização nas ruas abriria a porta para uma intervenção federal com militares em favor de Bolsonaro, o que é uma elaboração delirante do ponto de vista legal.

***Site:***
***https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1***

# Taxa de desemprego entre os mais pobres é de 36%, diz estudo

***Douglas Gavras  são paulo***

A taxa de desemprego da metade mais pobre dos brasileiros subiu quase dez pontos durante a pandemia, de 26,55% para 35,98%. Entre os 10% mais ricos, foi de 2,6% para 2,87%, aponta um estudo da FGV Social divulgado nesta quinta- feira (9).

A renda individual média dos brasileiros, incluindo os informais e desempregados caiu 9,4% em relação ao fim de 2019, antes da pandemia.

O estudo comparou os dados do último trimestre de 2019, antes da eclosão do vírus no país, cornos do segundo trimestre de 2021.0 cálculo considera a metade mais pobre da população, em termos relativos.

No caso dos mais pobres, no entanto, essa perda é ainda mais dramática, chegando a 21,5% no período - o que revela que a desigualdade só aumentou durante a crise sanitária. Enquanto isso, os 10% mais ricos tiveram, em média, uma queda de 7,16%, ou menos de um terço dos brasileiros de menor renda.

Os pesquisadores da FGV Social apontam que mais da metade 11,5 pontos percentuais) dessa queda na renda dos mais pobres se deve ao fato de muitos terem desistido de procurar uma vaga diante da alta taxa de desemprego, situação conhecida como desalento.

A taxa de desemprego estava em 14,1% no Brasil, no segundo trimestre, de acordo com o IBGE, quando o país registrava 14,4 milhões de desempregados.

Ainda segundo a FGV Social, os que mais perderam renda foram os moradores do Nordeste (-11,4%). Em contraste, no Sul, essa perda foi de 8,86%, por exemplo. Além deles, as mulheres, que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa tiveram uma queda de 10,35% na renda, em comparação com uma redução de 8,4% entre os homens.

"Os idosos com 60 anos ou mais também perderam especialmente por terem de se retirar do mercado de trabalho em razão da maior fragilidade em relação ao Covid-19 (-14,2% de perda)."

Segundo o estudo, coordenado pelo professor Marcelo Neri, a redução de renda dos ocupados por hora -por causa da aceleração da **inflação**, do desemprego e da redução das jornadas de trabalho- também está entre as causas da perda de renda entre os mais pobres.

Nesta quinta, o IBGE apontou que a **inflação** oficial do país, pelo IPCA, atingiu 0,87% em agosto, puxada pelo aumento da gasolina.

***Site:***
***https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1***

# Para Barroso, presidente age como um "farsante"

***WESLLEY GALZO, ORTEGA***

Ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso rebateu ontem as falas antidemocráticas do presidente Jair Bolsonaro feitas nos atos do 7 de Setembro.

"Não podemos permitir a destruição das instituições para encobrir o fracasso econômico, social e moral que estamos vivendo", afirmou Barroso na abertura da sessão do TSE.

Sem citar o nome de Bolsonaro, o presidente da Corte Eleitoral sugeriu que ele age como um "farsante". "É tudo retórica vazia.

Hoje em dia, salvo os fanáticos (que são cegos pelo radicalismo) e os mercenários (que são cegos pela monetização da mentira), todas as pessoas de bem sabem que não houve fraude e quem é o farsante nessa história", disse o ministro.

"A democracia tem lugar para conservadores liberais e progressistas.

O que nos une é o respeito à Constituição", disse o ministro, alvo de ataques de Bolsonaro. Segundo Barroso, o momento é "grave" no País. "A falta de compostura nos envergonha perante o mundo. Somos vítimas de chacota e desprezo mundial, um desprestígio maior do que a **inflação**, do que o desemprego, do que a queda de renda, do que o desmatamento da Amazônia." O presidente do TSE lembrou ainda que o chefe do Executivo repete, com frequência, as alegações de supostas fraudes nas eleições, sem ter apresentado qualquer comprovação.

"Contagem pública anual de votos é como abandonar o computador e regredir não à máquina de escrever, mas à caneta tinteiro."

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Com disparada da inflação em agosto, mercado já vê juro a 9% no fim do ano

YASUYOSHI CHIBA/FOTO AGÊNCIA

**Reajustes.** Puxado pelos combustíveis,o grupo transporte apresentou a maior variação do IPCA, com elevação de 1,46%

***Daniela Amorim / Rio Cícero Cotrim / São Paulo / COLABORARAM GUILHERME BIANCHINI, LUCIANA XAVIER e THAÍS BARCELLOS / Marlla Sabino / BRASÍLIA***

A disparada no preço da gasolina e dos alimentos fez a **inflação** oficial no País atingir a maior alta para o mês de agosto em 21 anos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 0,87% no mês passado, superando as estimativas mais pessimistas do mercado. No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA já soma 9,68%, tendo ultrapassado a marca dos dois dígitos em oito das 16 cidades pesquisadas pelo IBGE.

Como resultado, os economistas começaram a revisar suas estimativas para a **inflação** e, por tabela, para a taxa básica de juros no fechamento deste ano. Alguns analistas já falam em uma Selic de 9% até dezembro.

"O mercado já está dando como certo que o Banco Central vai acelerar o ritmo de alta (dos juros)", disse o estrategista- chefe do Banco Mizuho do Brasil, Luciano Rostagno.

A meta de **inflação** para 2021 é de 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para baixo (2,25%) ou para cima (5,25%).

Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a Selic, que hoje está em 5,25% ao ano. Na hipótese de a meta ser descumprida, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, terá de enviar uma "carta aberta" ao ministro da Economia, Paulo Guedes, explicando as razões para o estouro.

Antes da divulgação do IPCA, o consenso no mercado era de uma nova alta de 1 ponto porcentual na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para os dias 21 e 22. Agora, os analistas não descartam uma elevação de 1,25 ponto.

Surpreendido com o IPCA de agosto, o sócio e economistachefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, está revendo seus números.

Ele afirmou que sua projeção para a Selic, que estava se encaminhando para 8%, deve ficar mais próxima dos 9% no ano.

Já a gestora de recursos Quantitas Asset trabalha com uma previsão para a Selic de 8,75% até dezembro, mas acredita que a taxa de juros deve chegar aos dois dígitos ao fim do ciclo de aperto monetário, esperado para março de 2022. Pelas suas projeções, a taxa pularia dos atuais 5,25% para 10% ao ano no final do primeiro trimestre do próximo ano.

A corretora Ativa Investimentos também calcula que seria necessário elevar a taxa Selic a 10% para fazer a **inflação** convergir para o centro da meta em 2022 (de 3,5%).

"É um remédio amargo subir juros neste cenário de desemprego e atividade que precisa se recuperar da pandemia. Mas é melhor esse remédio amargo agora do que deixar a **inflação** continuar crescendo", opinou a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória.

Segundo o economista Fábio Romão, da LCA Consultores, só a entrada em vigor da bandeira tarifária "escassez hídrica", que adiciona a cobrança de R$ 14,20 a cada 100 kWh consumidos, aumenta o IPCA em 0,30 ponto porcentual, mas ainda "pode afetar indiretamente na formação dos preços de grande parte de bens e serviços".

Difusão. O IPCA de agosto mostrou que a **inflação** está mais disseminada. O índice de difusão do indicador - que mostra o porcentual de itens com aumentos de preços - subiu de 64%, em julho, para 72% em agosto, maior resultado desde dezembro de 2020.

Segundo o IBGE, a alta do dólar tem influenciado o encarecimento de combustíveis, enquanto a crise hídrica provoca um aumento na energia elétrica.

Os alimentos também estão mais caros, sob pressão tanto das exportações quanto de problemas climáticos, como geada e estiagem, que reduzem a oferta de produtos no mercado doméstico.

"As geadas podem ter influenciado especialmente os itens mais delicados, como frutas e hortaliças. Reduz a oferta e faz com que os preços subam", explicou André Almeida, analista do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE.

O encarecimento dos alimentos e dos transportes respondeu por mais de dois terços da **inflação** de agosto. As famílias gastaram 1,39% a mais com comidas e bebidas, diante de aumentos em itens como a batatainglesa, café moído, frango em pedaços, frutas e carnes.

O custo do transporte foi o que teve a maior alta no mês, 1,46%, puxado pelos combustíveis. A gasolina subiu 2,80%, item de maior impacto na **inflação** do mês passado, mas também houve aumentos no etanol (4,50%), gás veicular (2,06%) e óleo diesel (1,79%).

-

Bônus da luz não vale para quem mudou de casa

Aposta do governo federal para amenizar os impactos da crise hídrica, o programa que prevê descontos nas contas de luz para consumidores que economizarem energia nos próximos meses não irá beneficiar a todos. Pelas regras estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), consumidores que não moram na mesma residência desde setembro do ano passado ou produzem a própria energia, a chamada geração distribuída, não terão direito a nenhum tipo de bônus, mesmo se reduzirem o consumo neste ano.

A medida é voltada aos consumidores atendidos pelas distribuidoras, sejam residenciais, comerciais ou industriais, que reduzirem de 10% a 20% o consumo.

Porém, é necessário ter o histórico de consumos medidos nos quatro meses, setembro a dezembro, de 2020. Isso porque a comprovação da economia será feita com base no somatório do consumo ao longo dos próximos quatro meses - ou seja, setembro a dezembro de 2021, para comparar a soma das mesmas quatro faturas de 2020. O bônus, no entanto, só será pago em janeiro de 2022.

O programa faz parte de um conjunto de medidas para tentar reduzir a demanda de energia nos próximos meses e evitar apagões nos horários de pico. O bônus prometido, de R$ 0,50 para cada quilowatt-hora (kWh), será pago pelos próprios consumidores, por meio de uma taxa chamada de Encargos de Serviço do Sistema (ESS), pago tanto por quem é atendido pelas distribuidoras quanto pelos consumidores do mercado livre, como as indústrias, que compram energia diretamente do fornecedor.

Para o Instituto Brasileiro de Defesa dos Consumidores, o governo deveria viabilizar a participação de todos os consumidores e criar uma possibilidade excepcional para todos os casos.

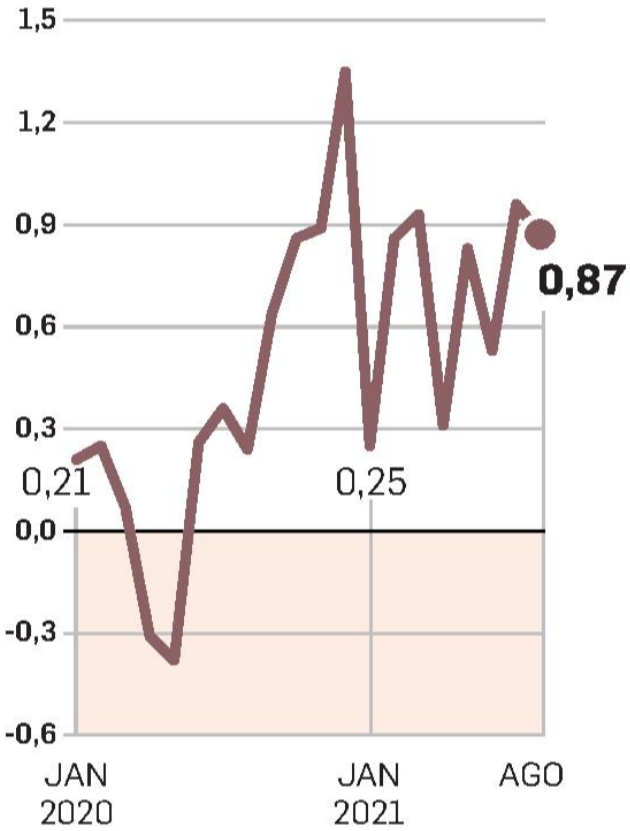
***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# EM ALTA

● Resultado do IPCA em agosto foi o maior para o mês desde 2000

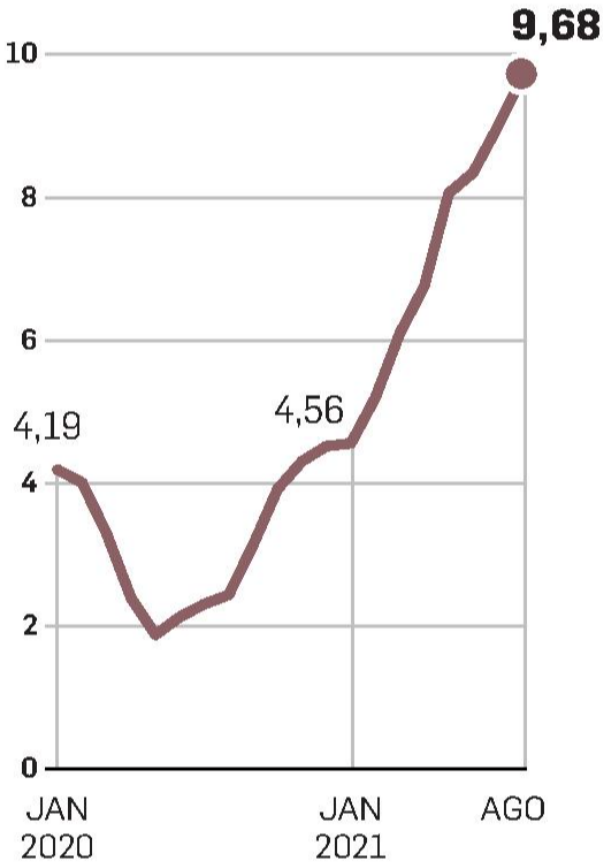
## Variação mensal

EM PORCENTAGEM




## Acumulado em 12 meses

EM PORCENTAGEM




**FONTE:** IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# Inflação amplia impacto na Previdência

***Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA***

O secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, disse ontem que a **inflação** maior deve causar impacto nos benefícios previdenciários em 2022, que ficarão acima do previsto no Orçamento enviado pelo governo em agosto. A previsão inicial feita pelo governo era de que essas despesas aumentassem R$ 52,7 bilhões, mas o valor efetivo deve ser de alta de R$ 60 bilhões. Na elaboração do Orçamento, a equipe econômica considerou uma **inflação** de 6,2%, número que vem crescendo.

"Maior despesa indexada que, faça chuva ou faça sol, vai ter aumento no ano seguinte é a com benefícios previdenciários. Esses R$ 52,7 bilhões foram reajustados quando estávamos elaborando o Orçamento em julho e o índice de **inflação** estava em 6,2%. Agora já está em 7,5% e provavelmente chegue próximo a 8%", afirmou o secretário, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados para discutir a alteração das regras de pagamentos de precatórios (PEC 23/2021).

De acordo com o secretário, o aumento dessas despesas tomará a maior parte do espaço do teto de gastos (regra que limita o aumento dos gastos à variação da **inflação**) no ano que vem, que é de R$ 136,6 bilhões.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Vice da Câmara propõe tirar precatórios do teto de gastos

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 18/7/2021

**Espaço.** Marcelo Ramos diz que PEC abre R$ 20 bi no teto

***Adriana Fernandes Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA***

Uma das vozes mais críticas do governo Bolsonaro no Congresso, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), apresentou ontem uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que retira os precatórios do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**). Segundo apurou o Estadão, outra alternativa poderá ser encampada pelo próprio governo com a inclusão em outra PEC da solução que estava sendo negociada com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, via resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A ideia seria replicar o texto da resolução, que cria um teto anual para o pagamento de precatórios, com o adiamento do restante para o ano seguinte, numa PEC.

Essas duas novas alternativas se somam à PEC do governo que parcela o pagamento de precatórios em até 10 anos, mas que acabou esvaziada pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, que se alinhou à proposta da resolução do CNJ.

Com os ataques do presidente de Bolsonaro ao STF, a solução do CNJ acabou abortada.

Uma quinta proposta apresentada pelo diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, poderá ser encampada pelo senador José Aníbal (PSDB-SP). Ela prevê um entendimento para que os precatórios devidos pela União em ações relacionadas ao Fundef, programa educacional dos anos 1990 para universalizar o acesso à escola, fiquem fora do teto como já ocorre com o seu sucessor, o Fundeb. A proposta prevê também que parte das emendas parlamentares seja destinada ao pagamento dos precatórios.

"Precatórios é uma dívida líquida e certa", disse Aníbal ao Estadão. Na sua avaliação, a proposta de Felipe Salto não rompe com o teto de gastos e não precisaria da aprovação de uma PEC, podendo ser feita por legislação infraconstitucional.

O senador ainda está avaliando o melhor caminho.

O impasse em torno dos precatórios apareceu há 40 dias e é hoje um dos fatores de maior instabilidade para as contas públicas depois que o "meteoro" (nas palavras do ministro Paulo Guedes) de R$ 89 bilhões de gastos com precatórios em 2022 foi "descoberto" pela equipe econômica. Essa conta salgada atrapalhou os planos do governo de lançar um novo Bolsa Família turbinado.

Ao Estadão, Ramos disse que a sua PEC abre espaço no teto de gastos de R$ 20 bilhões. "Tivemos o cuidado de estabelecer essa regra a partir de 2022, abatendo o valor de 2016", explicou.

Para ele, a sua PEC é uma saída responsável e o mercado vai compreender bem essa flexibilização no teto porque sabe que o governo fará alguma medida heterodoxa para resolver o problema.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), posicionou-se contra uma solução para os precatórios que altere o teto de gastos. Ele reconheceu ontem que as dificuldades para um acordo para proposta do CNJ após as manifestações de 7 de Setembro. Lira era um entusiasta do acordo com o Judiciário.

Para ele, qualquer saída que apareça como milagrosa "não será digna de se observar com retidão porque muitas saídas estão entendendo e atendendo a interesses que não estão claros para os precatório".

"A melhor proposta é a do deputado Ramos", disse o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega. Na sua avaliação, Lira pode estar optando por uma proposta que não é a melhor por não ter a percepção de como funciona os mercados.

Para Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a proposta de Ramos é a única que não traz risco de judicialização ao permitir o pagamento integral dos precatórios.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# O efeito desastroso de Bolsonaro na economia brasileira (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Barroso: 'A falta de compostura nos envergonha perante o mundo'

***MARIANA MUNIZ***

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Governo teme repetir estragos da economia como os de 2018

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Isolado, Bolsonaro procura Temer e anuncia recuo; STF é cético

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***